

A
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenação de Gestão de Materiais
Via e-mail

Referente ao Pregão Eletrônico 58/2018

L & L Comercio e Prestadora de Serviço LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob nº. 10.851.460/0001-87, com sede na Rua Marques de Herval, 25, no Município de Campo Grande/MS, por meio do seu Representante Legal Sr. Leonardo Primo de Araujo, vem através deste, com fulcro no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93, e nos termos do Edital ingressar com a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do Pregão em epígrafe, a fim de corrigir exigências restritivas contidos no ato convocatório que comprometem a competitividade e economicidade do procedimento licitatório em tela, nos seguintes termos:

DA LEGITIMIDADE

Com base dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.666/1993, cabe destacar os princípios da Legalidade de agir apenas de acordo com o determinado pela lei, Impessoalidade dos atos administrativos é pressuposto da supremacia do interesse público. Quebrada a isonomia no tratamento com os particulares, da Igualdade que determina a competição entre os licitantes de forma igualitária, da Probidade Administrativa que consiste na honestidade de proceder ou na maneira criteriosa de cumprir todos os deveres que são atribuídos ou cometidos ao administrador por força de lei.

Na medida em que a Administração Pública deve atuar pela regularidade dos princípios e normas que regem os processos licitatórios é de interesse coletivo, apresentamos esta Impugnação, mediante os seguintes fundamentos. Com base nisto a impugnante, propõe esta Impugnação, mediante os seguintes fundamentos.

DO MÉRITO

Trata-se de Pregão Eletrônico cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário Geral conforme especificações do Anexo I para atender as necessidades da UFMS e demais órgãos participantes.

No entanto algumas exigências, podem frustrar o objetivo e ou pelo menos resultar em restrição de participantes, comprometendo a vanatjiosidade e economicidade. Conforme se desta abaixo:

A empresa L & L Comercio e Prestadora de Serviço LTDA-EPP, representa uma das mais renomadas marcas de poltronas ecadeiras do mercado, que possui em seu portifolio varios produtos certificados e testados em laboratórios. Entretanto, vale ressaltar que algumas exigências feitas no presente processo impedem sua participação e restrigem a participação de outras empresas.

No Anexo I ao Termo de Referência Especificações Técnicas Mínimas, após descrever os itens constantes ao Grupo 03, são elencadas as exigências dos documentos técnicos a serem apresentados conforme se lê abaixo:

“Para os itens cadeiras e poltronas para escritório, apresentar Certificado de Conformidade emitido pelo fabricante, em conformidade com a NBR 13962”.

É elogiável a atitude da nobre instituição em estabelecer exigências como a supracitada, que garantem a qualidade da compra pública, e o uso com zelo dos recursos públicos. Em nenhum momento questionamos a exigência deste documento para alguns itens. Outrossim, a exigência torna-se restritiva quando ela é feita para o grupo como um todo. Pois nem todos os produtos solicitados possuem alta rotatividade comercial, o que por sua vez inviabiliza o custo da certificação de todos os produtos da gama de fornecimento.

A título de exemplo itens 07, 10, 13, 51, 54 e 57, possuem a exigência de Certificação da ABNT, mas também é solicitado para estes itens o Relatório de Ensaio da NBR 13962. Neste caso específico, bastaria a exigência do Relatório de Ensaio.

Sendo assim seria oportuno entender que o Edital contém exigências que comprometem a competitividade do certame.

Isso posto, fundamenta-se a alteração do texto do edital para garantir a ampla participação de todos os licitantes, em igualdade de condições, dando cumprimento ao grande objetivo da Lei de licitações, que é limitar as exigências e facilitar a participação para as empresas, visando um maior número de participantes, sobretudo quando se trata de produtos, conforme art. 3º, I, da Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Destarte, as exigências combatidas do Edital ferem o princípio da legalidade, ao frustrar a competitividade e limitar a participação de empresas que possuem plena condição de atender o objeto com preços competitivos, produtos de qualidade, satisfazendo o indisponível interesse público.

Isso sem nos esquecermos de que exigências de caráter restritivas representam uma violação ao direito dos licitantes de participar do certame em igualdade de condições, mas, sobretudo, ao interesse da própria Administração, posto que acarreta a diminuição do número de participantes, refletindo diretamente na proposta ofertada pelo licitante. Ou seja, sem dúvida que a Administração vai adquirir produtos por preço além do que poderia ter contratado.

Por fim, esclarecemos que apresentamos a impugnação às exigências restritivas e contrárias ao interesse público com o escopo de evitar a paralisação posterior do processo, arguição de nulidades e maior prejuízo para licitantes e Administração. Sendo que buscamos a garantia de todos os licitantes participarem em condições de igualdade.

DO PEDIDO

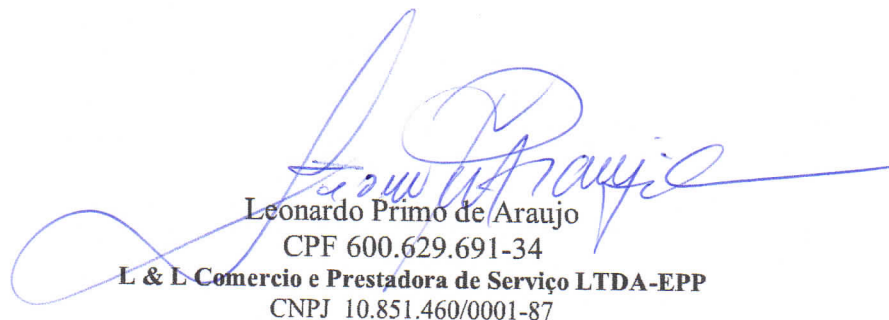
Diante de todo o exposto, requer atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e propor alteração do texto do edital, excluindo a referida exigência para os itens 07, 10, 13, 51, 54 e 57.



Isto posto proporciona a participação de mais empresas, garantido a vantajosidade do referido certame, por se ampliar a gama de participantes, sem comprometer a qualidade da aquisição.

Nestes Termos,

Pede Defereimento,


Leonardo Primo de Araujo
CPF 600.629.691-34
L & L Comercio e Prestadora de Serviço LTDA-EPP
CNPJ 10.851.460/0001-87

10 851 460/0001-87
L & L COMERCIAL E PRESTADORA
DE SERVIÇOS LTDA-EPP
Rua Marques de Herval, 25
Conj. Novo Paraná - Cap 78883-560
CAMPO GRANDE - MS